



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Unidade curricular

História do Direito Privado

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Míriam Afonso Brigas / Margarida Seixas

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Com esta disciplina pretende-se transmitir aos discentes uma sólida formação na História do Direito Privado das Idades Moderna e Contemporânea, avançando até ao século XXI, em permanente relação com os temas jus-privatísticos actuais.

Também é objectivo da disciplina transmitir aos doutorandos uma perspectiva ampla da evolução das soluções jurídicas, visando a aquisição dos conhecimentos e das ferramentas necessárias à análise pessoal e crítica.

Será tratada com especial desenvolvimento a evolução histórica do Direito da Família, do Direito do Trabalho e do Direito Comercial, pois a análise específica de algumas áreas permite um nível de rigor e profundidade que deve ser apreendido pelos alunos como padrão de investigação deste nível de ensino.

Conteúdos programáticos

A - A tradição histórico-jurídica do direito privado das Épocas Moderna e Contemporânea

1. Os antecedentes do direito privado moderno.

- 1.1. A herança romano-canónica. A tradição universitária e a cultura canonística nacional. O direito prudencial em especial.
- 1.2. A lenta separação entre direito público e direito privado. A imprecisão terminológica.
- 1.3. O direito civil como direito comum.
- 1.4. Síntese: a construção de uma ciência jurídica europeia.

2. O jurracionalismo e o direito. Efeitos na formação de uma nova ciência do direito.

- 2.1. A dessacralização do direito e a emergência do jurista burocrático.
- 2.2. A tradição da escola elegante e a preocupação com o rigor técnico do direito.
- 2.3. O *usus modernus pandectarum* e a hipotética actualização do direito.
- 2.4. A obediência à lei como corolário da aceitação da ideia de sistema jurídico.
- 2.5. Síntese: a perspectiva de direito comparado.

3. O movimento da codificação. Segurança jurídica vrs arbítrio.

- 3.1. A importância da lei positiva como salvaguarda da segurança jurídica.
- 3.2. A codificação do direito privado e seus efeitos. O código napoleónico de 1804 e o código civil alemão de 1896/1900.
- 3.3. O pensamento jurídico do século XIX. Escola Histórica do Direito. Pandectística e Positivismo.
- 3.4. Síntese: a perspectiva do direito comparado.

4. A especificidade do direito privado no século XIX: aparente ou real?

- 4.1. A suposta coerência do sistema jurídico. Intenções e concretizações.
- 4.2. Tradição vrs Modernidade na delimitação dos domínios público e privado. Ordenações vrs Codificações.
- 4.3. A autonomia dogmática, linguagem jurídica e especialização judicial no direito privado.

B - O direito privado em especial nos séculos XIX e XX

5. O Direito Civil

- 5.1. A sistematização do direito civil nos Códigos de 1867 e de 1966. Parte Geral e Parte Especial.
- 5.2. A lenta construção da especificidade civil. Critérios de autonomização face ao direito público.
- 5.3. Os sujeitos de direito. Construção dogmática e jurisprudencial.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

6. O Direito da Família em particular.

- 6.1. A autonomia do Direito da Família na construção dogmática. A importância da literatura jurídica e não jurídica. A literatura de conselho em particular. O contributo do direito canónico em especial.
- 6.2. A relevância dos antecedentes históricos para a compreensão da Especificidade Familiar. O período anterior a 1750 e a fase posterior. Diferenças e aproximações.
- 6.3. A importância da legislação extravagante de conteúdo familiar do século XVIII. A efectiva alteração de paradigma?
- 6.4. A valorização da família como instituição jurídica autónoma no direito português. A relevância das instituições jurídico-familiares. O casamento, o poder paternal, a filiação e a separação. Alguns elementos importantes. Cruzamento com o tratamento destas instituições no direito da família actual.
- 6.5. Os caracteres específicos da legislação familiar. A norma jurídica em particular. A construção dogmática.
- 6.6. Patrimonialidade vrs Pessoaalidade no Direito da Família.
- 6.7. A relação jurídico-familiar. Os sujeitos de direito. O objecto. Caracteres da relação jurídica familiar.
- 6.8. O Código Civil de 1867 e as matérias familiares. A importância da codificação nas matérias familiares. Principais alterações face ao direito dos séculos XVII e XVIII. A crescente positivização da família.
- 6.9. A positivização familiar republicana. Principais alterações. O casamento, a filiação e a importância do divórcio como meio de cessação da relação conjugal. O caminho no sentido da igualdade nas matérias familiares?
- 6.10. Debate acerca de alguns temas relevantes no cruzamento da História do Direito da Família e o Direito da Família actual. A Filiação e os deveres conjugais em especial.

7. O Direito do Trabalho em particular

- 7.1. A autonomia do Direito do Trabalho e a matriz civilística; princípios específicos.
- 7.2. A relevância dos antecedentes históricos para a compreensão do conceito jurídico de trabalho.
- 7.3. Trabalho na Antiguidade, na Época Medieval e na Época Moderna: da escravidão, do trabalho forçado, do trabalho familiar/doméstico e do trabalho corporativo; pré-industrialização.
- 7.4. Liberalismo e trabalho: *locatio conductio operarum* e codificação oitocentista, em especial a doutrina e a codificação civil e comercial portuguesas.
- 7.5. A “Questão Social” e a especificidade da primeira legislação laboral (em especial portuguesa) no contexto industrial do século XIX.
- 7.5. A construção dogmática e os princípios do Direito do Trabalho entre o final do século XIX e o início do século XX, em especial o caso português.
- 7.6. Direito do Trabalho e Corporativismos, em especial o caso português.
- 7.7. Direito do Trabalho e Estado Social de Direito: os 30 gloriosos.
- 7.8. Direito do Trabalho: da Década de 1970 à actualidade: crise mundial, crise do Direito do Trabalho?
- 7.9. A relação jurídico-laboral numa perspectiva historicamente integrada: autonomia, natureza, âmbito e conteúdo, dimensão colectiva.
- 7.10. Conceitos específicos e sua construção histórico-jurídica: subordinação jurídica, poder de direcção e poder disciplinar.

8. O Direito Comercial em particular.

- 8.1. A tradição consuetudinária da atividade mercantil. A positivização e seus efeitos. Vantagens da respetiva positivização.
- 8.2. Os Códigos Comerciais de 1833 e de 1888. A comercialística como especialidade do direito privado.
- 8.3. Os sujeitos de direito. As pessoas singulares e coletivas em especial. Construção dogmática e jurisprudencial.
- 8.4. A especificidade da atividade comercial e da empresa.
- 8.5. A judicialização da atividade comercial.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O programa abrange as matérias que permitem aos alunos compreender as raízes jus-históricas do Direito Privado e serão marcados os aspectos particulares do estudo do Direito, da regulação, das respostas jurídicas. Serão estudadas, numa perspectiva dinâmica, os textos existentes, as soluções propostas pelos juristas, as decisões dos tribunais, a aplicação ou não aplicação dessas normas, soluções e decisões.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Não significa que apenas sejam relevantes as matérias exclusivamente jurídicas, interessam aquelas que, sendo meta-jurídicas, auxiliam na compreensão do fenómeno jurídico e são úteis à investigação concreta.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas serão leccionadas pelas docentes responsáveis e divididas entre a exposição das matérias indicadas no programa e o debate entre professoras e alunos sobre os temas trabalhados. Serão também convidados outros professores e especialistas externos para lecionarem algumas das aulas da unidade curricular
O método de avaliação é o previsto no regulamento do mestrado e doutoramento, valorizando os elementos orais e a elaboração de um relatório escrito, nos termos do art. 70º.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As aulas visam a transmissão dos conteúdos programáticos através da exposição pelas docentes e a intervenção de especialistas tem como objectivo o aprofundamento, compatível com o nível de especialização exigível nos estudos pós-graduados, em especial no doutoramento.
O ensino desta disciplina também visa, através do debate, incentivar a participação assídua dos discentes e os problemas
A valorização dos elementos orais visa desenvolver a capacidade de exposição e argumentação dos alunos.
A elaboração de um relatório escrito visa desenvolver a capacidade de investigação, análise, reflexão e sentido crítico dos alunos.

Bibliografia principal

- ABRANTES, José João, “Do Direito Civil ao Direito do Trabalho. Do liberalismo aos nossos dias”, *Direito do Trabalho. Ensaios*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, pp. 19-38
– “O Direito do Trabalho do «Estado Novo»”, *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, nº 23 (2006), disponível em <http://cultura.revues.org/>
- ALBUQUERQUE, Ruy, e Martim, *História do Direito Português, 1140-1415*, 1.º volume, 12.ª edição, Lisboa, Pedro Ferreira, 2005
- ANDERSON, Michael, *Elementos para a História da Família Ocidental (1500-1914)*, Lisboa, Editorial Quercus, 1984
- BABER, Ray E., *Marriage and Family*, New York and London, 1939
- BAPTISTA, Virgínia, *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal, 1880-1943*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2016
- BOLOGNE, Jean-Claude, *História do casamento no Ocidente*, Lisboa, Temas e Debates, 1995
- BRIGAS, Míriam Afonso, *As Relações de Poder na construção do direito da família português (1750-1910)*, Lisbon Law Editions, AAFDL, 2016
– *O Direito da Família na História do Direito Português (dos antecedentes ao século XVIII) Primeiras reflexões*, volume I, AAFDL, 2018
– *O Direito da Família na História do Direito Português (do século XVIII aos antecedentes do primeiro código civil português) Novas reflexões*, volume I, AAFDL, 2019
– “Prolegómenos da História do Direito da Família. Algumas reflexões”, *Anuário de História do Direito /Legal History Yearbook*, I, Lisboa, AAFDL, 2020, I, pp. 203-225
– “A Família e o Direito. Uma herança ainda por resgatar: Primeiras Reflexões – Os conceitos em História do Direito da Família em particular”, in *I Pós-Graduação de História do Direito da Família. A herança histórico-jurídica e a perspectiva interdisciplinar*, Lisboa, AAFDL, 2020, pp. 81-92.
– “A herança patriarcal na construção da identidade feminina na legislação civil dos séculos XIX e XX - Da esposa obediente à mulher casada com direitos aparentes”, *Estudos de Género em Contexto Lusófono e Italiano: Debates E Reflexões*, ebook, Lisboa, CLEPUL 2019 <https://studidigenere.wixsite.com/studidigenere/publicazioni>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- CAENEGEM, R. C., *Uma introdução histórica ao Direito Privado*, São Paulo, 1995
- CANARIS, Claus Wilhem, *Pensamento sistemático e conceito de sistema na Ciência do Direito*, Lisboa, 1966
- CARINCI, Franco, *Diritto privato e diritto del lavoro: uno sguardo dal ponte*, em I Working papers do Centro studi di Diritto del Lavoro Europeo “Massimo d’Antona”, Università degli Studi di Catania, Facoltà di Giurisprudenza, 2007
- CAZZETTA, Giovanni, *Scienza giuridica e trasformazioni social – Diritto e lavoro in Italia tra Otto e Novecento*, colecção *Per la storia del pensiero giuridico moderno* nº 74, Milão, Giuffrè Editore, 2007,
<http://www.centropgm.unifi.it/biblioteca/074/volume.pdf>
- CHAMOCO CANUDO, Miguel Ángel, e RAMOS VÁZQUEZ, Isabel, *Introducción Jurídica a la Historia de las Relaciones de Trabajo*, Madrid, Editorial Dykinson, 2013
- CORDEIRO, António Menezes, *Tratado de direito civil português*, 4ª ed. reformulada e actualizada, Coimbra, Almedina, vols. I a VIII
– *Direito do Trabalho*, vol. 1, Coimbra, Almedina, 2018
- COSTA, Mário Júlio de Almeida, *História do Direito Português*, 5.ª ed., Coimbra, Almedina, 2012
- FERNANDES, António de Lemos Monteiro, *Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 2017 (18ª edição)
– *Uma História de Leis do Trabalho*, Lisboa, Quid Iuris, 2021
- GAETA, Lorenzo, *Storia (illustrata) del diritto del lavoro italiano*, Torino, Giappichelli, 2020
- GALGANO, FRANCESCO, *História do Direito Comercial*, tradução de João Espírito Santo, Lisboa, Edições Técnicas e Literárias, 1980.
- GARCÍA FERNANDEZ, Manuel, *La formación del Derecho del trabajo*, Palma de Maiorca, Facultad de Derecho de Palma de Mallorca, 1984
- GILISSEN, John, *Introdução histórica ao direito*, 6.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011
- GROSSI, Paolo, *Introduzione al novecento giuridico*, Bari, Editori Laterza, 2012
- HESPANHA, António Manuel, *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um milénio*, Coimbra, Almedina, 2012
- HOMEM, António Pedro Barbas, *A Lei da Liberdade*, Cascais: Princípa, 2001
O movimento de codificação do Direito em Portugal no século XIX, Aspetos Gerais, Lisboa, AAFDL, 2007
- JUSTO, António dos Santos Justo, *Nótulas de História do Pensamento Jurídico*, Coimbra Editora, 2005
Direito Privado Romano, IV (Direito da Família), Coimbra Editora, 2008
- KAUFMANN, A., e HASSEMER, W. (org.), *Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas*, trad. Marcos Keel, Manuel Seca de Oliveira; rev. científica e coord. António Manuel Hespanha, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002
- KAHN-FREUND, Otto, *Labour and the law*, 3ª edição, Londres, Stevens & Sons, 1983
- LEITE, Jorge, “Notas para uma introdução ao Direito do Trabalho”, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor J. J. Teixeira Ribeiro*, III, número especial do *BFDUC*, 1983, pp. 181-255
- MARQUES, Mário Reis, *O Liberalismo e a Codificação do Direito Civil em Portugal*, *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra – Suplemento ao vol. XXIX*, Coimbra, 1986
– *História do Direito Português Medieval e Moderno*, 2.ª edição, Coimbra, Almedina, 2009.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- MARTINEZ, Pedro Romano, *Direito do Trabalho*, Coimbra, Edições Almedina, 2017
– *Direito do Trabalho – Relatório*, separata de *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Suplemento*, Lisboa, 1999
- MARTINS, Rosa Andrea Simões Cândido Martins, *A Família entre o Público e o Privado, A Proposta metodológica da autonomia relacional na análise do regime jurídico do casamento*, Coimbra, Almedina, 2020
- NOGUEIRA, José Duarte, “Portuguese law in the european context: autonomous traits and common heritage”, *European Union Issues from a Portuguese Perspective*, 2007, pp. 139-150
– *História do direito europeu: relatório sobre o programa, conteúdo e os métodos do ensino teórico e prático das matérias da disciplina*, Lisboa: FDUL, 2008 (Supl. de: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 2008)
- NUNES, Filipe Daniel de Arede, *A Construção Jurídico-Política do Estado Social em Portugal Durante o Estado Novo (1933-1974). Contributo para o estudo da História do Pensamento Político em Portugal*, Lisboa, AAFDL, 2017
- NEVES, António Castanheira, *Digesta: escritos acerca do direito, do pensamento jurídico, da sua metodologia e outros*, Coimbra, Coimbra Editora, 1995-2008 (3 vols: I e II:1995, III: 2008)
– *Metodologia Jurídica, Problemas Fundamentais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013
- OLEA, Manuel Alonso, *De la servidumbre al contrato de trabajo*, Madrid, Tecnos copy, 1979 (Biblioteca tecnos de estudios juridicos)
- OLIVEIRA, Guilherme de, *Estudos de Direito da Família, 4 movimentos em Direito da Família*, Coimbra, Almedina, 2020
- PEREIRA, Maria Margarida Silva, *Temas de Direito da Família e das Sucessões*, Lisboa, AAFDL, 2020
- PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito da Família Contemporâneo*, 4.ª edição, Lisboa, AAFDL, 2014
– *Limites ao exercício das responsabilidades parentais, em matéria de saúde da criança. Vida e Corpo da criança nas mãos de pais e médicos*, Gestlegal, 2020
- PINHEIRO, Paulo Sousa, “O direito do trabalho ao longo da história. Dealbar e Evolução de um Novo Ramo do Direito”, *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, nº 8, 2006, pp. 271-301,
<https://parc.ipp.pt/index.php/rebules/article/view/852/319>
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma, *Da Autonomia Dogmática do Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 2000
– *Perspectivas metodológicas do Direito do Trabalho. Relatório*, Coimbra, Almedina, 2005
– *Tratado de Direito do Trabalho. Parte I – Dogmática Geral*, 4ª edição, Coimbra, Almedina, 2015
- RAMOS VÁZQUEZ, Isabel, “Marco jurídico de las relaciones de trabajo en el siglo XIX. Del antecedente de la *locatio conductio*, la influencia del *louage d’ouvrage et d’industrie*, hasta el *arrendamiento de obras y servicios*”, *AHDE*, tomo LXXXVI, 2016, pp. 547-574, em https://www.boe.es/publicaciones/anuarios_derecho/articulo.php?id=ANU-H-2016-10054700574
- SEIXAS, *História do Direito do Trabalho em Portugal*, vol. I – *Um Direito em construção*, Lisboa, AAFDL, 2021
– “Primeira Lei do Contrato de Trabalho em Portugal: Lei nº 1 952, de 10 de Março de 1937”, in Varela, Laura Beck, e Solla Sastre, María Julia (coord.), *Estudios Luso-Hispanos de Historia del Derecho*, Madrid, Editorial Dykinson / Universidad Carlos III de Madrid, 2018, pp. 481-513, ISSN: 2255-5137; URI: <http://hdl.handle.net/10016/27751>
– “História do Direito do Trabalho. Objecto e Método”, *Anuário de História do Direito*, I, 1, Lisboa, AAFDL Editora, 2020, pp. 163-201
– “Cuidando das famílias: o serviço doméstico e a história do seu regime jurídico”, in Brigas, Míriam Afonso (org.), *I Pós-Graduação de História do Direito da Família – A herança histórico-jurídica e a perspectiva interdisciplinar*, Lisboa, AAFDL, 2020, pp. 93-108
– “Cem anos depois: juristas e trabalho – I parte”, *Revista Internacional de Direito do Trabalho*, ano I, 2021, nº 1, pp. 1069-1109, <https://idt.fdulisboa.pt/wp-content/uploads/2021/01/26.pdf>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

– “Cem anos depois: juristas e trabalho – II parte”, *Revista Internacional de Direito do Trabalho*, ano I, 2021, nº 2, em publicação

SILVA, Maria da Conceição Tavares da, *Direito do Trabalho*, apontamentos das lições ao curso do 2º ano, Lisboa, Instituto de Estudos Sociais, 1964-65

SILVA, Nuno Espinosa Gomes, *História do Direito Português*, 4.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006

STEINFELD, Robert J., *The invention of free labour. The Employment Relation in English and American Law and Culture, 1350–1870*, Londres/Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1991

– *Coercion, Contract and Free Labour in the Nineteenth Century*, Edimburgo/Nova Iorque, Cambridge, 2001

STEINMETZ, George, *Regulating the Social: The Welfare State and Local Politics in Imperial Germany*, Princeton, Princeton University Press, 1993

SILVA, Sónia Moreira da, *A Desvalorização (?) do Instituto do Casamento no Direito Português*, Gestlegal, 2019

SUPIOT, Alain (org.), *Transformações do Trabalho e Futuro do Direito do Trabalho na Europa, Associação de Estudos Laborais* (coleção Perspectivas Laborais, I), Coimbra, Coimbra Editora, 2003

– *Critique du droit du travail*, Paris, Quadrigue/PUF, 2011 (1ª edição 1994)

TORMO CAMALLONGA, Carlos, “Una aproximación al Derecho del Trabajo desde la Historia del Derecho”, *Derecho, Historia y Universidades. Estudios dedicados a Mariano Peset*, 2 vols., Universitat de València, 2007, II, pp. 731-739

VIGORITA, Luciano Spagnuolo, *Subordinazione e Diritto del Lavoro*, Nápoles, Morano Editore, 1967

VILLATA, Maria Gigliola di Renzo, *Family Law and Society in Europe from Middle Ages to the Contemporary Era*, Springer, 2016

XAVIER, Bernardo da Gama Lobo, *Direito da Greve*, Lisboa, Verbo, 1984

– *Curso de Direito do Trabalho*, I, Lisboa, Verbo, 2004

WIEACKER, Franz, *História do Direito Privado Moderno*, 4.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010

Nas aulas, será indicada bibliografia adicional específica e serão fornecidos os textos para análise e discussão.